GEORGHIO ALESSANDRO TOMELIN

O Estado Jurislador

Tese de Doutorado

Orientação: Professor Titular Dr. **Enrique Ricardo Lewandowski**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2017

GEORGHIO ALESSANDRO TOMELIN

O Estado Jurislador

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito do Estado, sob orientação do Professor Titular Dr. Enrique Ricardo Lewandowski.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO – SP
2017**

Ficha catalográfica

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Tomelin, Georghio Alessandro
O Estado Jurislador / Georghio Alessandro Tomelin ; orientador
Enrique Ricardo Lewandowski – São Paulo, 2017.
310 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do
Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Separação de Poderes. 2. Pluralismo político. 3. Segurança
jurídica. 4. Precedentes judiciais vinculantes. 5. Protagonismo judicial. I.
Lewandowski, Enrique Ricardo, orient. II. Título.

AVALIAÇÃO

Autor: Georghio Alessandro Tomelin

Título da Tese: “O Estado Jurislador”

Orientação: Professor Titular Dr. Enrique Ricardo Lewandowski

Banca realizada em: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Professor _____ Ass. _____

Instituição _____

Professor _____ Ass. _____

Instituição _____

Professor _____ Ass. _____

Instituição _____

Professor _____ Ass. _____

Instituição _____

Professor _____ Ass. _____

Instituição _____

Autorizo a reprodução e a divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

RESUMO

TOMELIN, Georghio Alessandro. O Estado Jurislador. 2017. 310p. Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

O Estado Democrático de Direito brasileiro está regulado por sua Constituição. Nela estão previstos os direitos fundamentais e a forma de organização dos poderes como meio de acesso aos direitos. Aos direitos fundamentais previstos no território somam-se os direitos inseridos nos tratados internacionais firmados pelo Brasil, que formam o Estatuto do Cidadão.

O papel dos poderes é garantir o Estatuto do Cidadão, pela repartição de ônus sociais via exercício prerrogativas estatais, com equilíbrio entre a autoridade dos agentes públicos e a liberdade dos indivíduos. O Judiciário assume papel protagonista na afetação de direitos no século XXI. A jurisprudência passa a compor a jurisfação do poder, circunscrevendo os elementos do debate político pela racionalidade do Direito. A Era dos Direitos na globalização converte-se em Era dos Conflitos. O quadro de direitos decorrentes das pautas de condutas legisladas será ampliado pelo Judiciário. O presente trabalho estuda este novo equilíbrio de forças, denominando-o Estado Jurislador.

A injeção de conteúdo concreto no texto das normas abstratas por interpretação sempre existiu. No Estado Jurislador brasileiro uma verticalização de posturas e entendimentos judiciais pode levar à hierarquização do Judiciário. O sistema de solução de controvérsias precisa manter a neutralidade e a imparcialidade, sem riscos para a segurança jurídica e para o livre convencimento do julgador.

O pluralismo de ideias e instituições deve ser aplicado aos órgãos judiciais, alargando-se o quadro de julgadores. Isto ampliará a legitimidade da Cúpula do Judiciário. Reformulando o modo de composição do Supremo Tribunal Federal, o Estado-Jurista poderá melhor utilizar sua racionalidade em prol do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Estado Jurislador; Separação de Poderes; Tripartição de funções estatais; Jurisfação; Pluralismo Político; Judiciário; Supremocracia; Estado Democrático de Direito; Estado de Exceção; Segurança jurídica; Precedentes judiciais; Racionalidade jurídica; Estado-Jurista; Jurisprudência vinculante; Súmulas; Protagonismo judicial; Mandatos Judiciais.

ABSTRACT

TOMELIN, Georghio Alessandro. **Juristocracy**. 2017. 310p. Doctorate. Faculty of Law, University of São Paulo, 2017.

The Rule of Law in the Brazilian Democracy is regulated by its Constitution. It provides for fundamental rights and the structure of powers as a means of access to rights. In addition to the fundamental rights applicable in the territory, there are the rights provided for international treaties signed by Brazil, which together form the so-called Citizen's Statute.

The role of the powers is to guarantee the Citizen's Statute, by allocating social burdens through state prerogatives, with a balance between the authority of public agents and the freedom of individuals. The Judicial Branch assumes a leading role in the allocation of rights in the 21st century. Jurisprudence becomes part of the "jurisfaction" of power, circumscribing the elements of the political debate by the rationality of Law.

The Age of Rights under globalization becomes the Age of Conflict. The Judicial Branch will broaden the framework of rights arising from the legislated conduct guidelines. The present work analyzes this new balance of forces, denominating it "Juristocracy".

The injection of concrete content into the text of abstract norms through interpretation has always existed. In Brazilian Juristocracy, a verticalization of judicial positions and understandings may lead to the hierarchy of the Judiciary. The dispute settlement system must maintain neutrality and impartiality, without jeopardizing legal certainty and the free conviction of the judges.

A pluralism of ideas and institutions must be put into practice to judicial bodies, widening the framework of judges. This will increase the legitimacy of the Supreme Court. By reformulating the composition of the Federal Supreme Court, the Judicial-State can better use its rationality in favor of the democratic Rule of Law.

Keywords: Juristocracy; Separation of Powers; Tripartition of State Functions; Jurisfaction; Political Pluralism; Judiciary; Supremocracy; rule-based Democracy; State of Exception; Legal Security; Judicial Precedents; Legal Rationality; Jurist State; Binding Jurisprudence; Precedents; Protagonist Judicial Branch; Judicial Mandates.

RÉSUMÉ

TOMELIN, Georghio Alessandro. **L'État Jurislatureur**. 2017. 310p. Doctorat. Faculté de Droit, Université de São Paulo, 2017.

L'État Démocratique de Droit brésilien est régulé par sa Constitution. Elle prévoit les droits fondamentaux et la forme d'organisation des pouvoirs comme moyen d'accès aux droits. Les droits fondamentaux prévus au Brésil s'ajoutent aux droits insérés dans les traités internationaux signés par le Pays, cet ensemble formant le Statut du Citoyen. Le rôle des pouvoirs est de garantir le Statut du Citoyen, par la répartition des charges sociales au moyen de l'exercice des prérogatives de l'État, tout en équilibrant l'autorité des agents publics et la liberté des individus. Le Pouvoir Judiciaire joue un rôle de premier plan dans l'attribution des droits au XXI^e Siècle. La jurisprudence fait maintenant partie de la « jurisfaction » du pouvoir, en circonscrivant les éléments du débat politique par la rationalité du droit.

L'Ère des Droits dans la mondialisation se convertit en l'Ère des Conflits. Le cadre des droits découlant des lignes directrices de la conduite législative sera amplifié par le Judiciaire. La présente étude analyse ce nouvel équilibre des forces, le dénommant État Jurislatureur.

L'injection de contenu concret dans le texte des normes abstraites par interprétation a toujours existé. Dans l'État Jurislatureur brésilien, une verticalisation de positions et de compréhensions judiciaires peut mener à la hiérarchisation du Judiciaire. Le système de solution de controverses a besoin de garder sa neutralité et son impartialité, sans risques pour la sécurité juridique et la libre conviction du juge.

Le pluralisme d'idées et d'institutions doit être appliqué aux organismes judiciaires, en élargissant le cadre de juges. Ceci permettra d'augmenter la légitimité du sommet de la magistrature. En reformulant le mode de composition de la Cour Suprême Fédérale, l'État-Juriste pourra mieux se servir de sa rationalité en faveur de l'État Démocratique de Droit.

Mots-clés : État Jurislatureur ; Séparation de Pouvoirs ; Tripartition des Fonctions de l'État ; Jurisfaction ; Pluralisme Politique ; Pouvoir Judiciaire ; Suprémocratie ; État Démocratique de Droit ; État d'Exception ; Sécurité Juridique ; Précédents Judiciaires ; Rationalité Juridique ; État-Juriste ; Jurisprudence Contraignante ; Arrêté Officiel de Jurisprudence ; Pouvoir Judiciaire Protagoniste ; Mandats Judiciaires.

“Pendurar as lei tão alto, como fez Denis, o Tirano, que nenhum cidadão as pode ler, ou enterrá-las debaixo de um imponente aparato de sábios livros, de coleções de jurisprudência, opiniões de juristas e costumes, ainda por cima em língua estrangeira, de tal modo que o conhecimento do direito em vigor só seja acessível àqueles que especialmente se instruem, tudo isso constitui uma única e mesma injustiça.” **G. W. F. Hegel**

Princípios da Filosofia do Direito (§215).

SUMÁRIO

A - TEMA CENTRAL DA TESE	17
B - METODOLOGIA EMPREGADA	23
C - CAPÍTULOS	
CAPÍTULO 1. O JUDICIÁRIO NA HISTÓRIA	31
1.1. Monarquia constitucional brasileira	33
1.2. A agonia da primeira constituinte	34
1.3. Função moderadora entre órgãos e pessoas	36
1.4. A correlação de forças racionalmente justificada	38
1.5. Dominação pela racionalidade jurídica	40
1.6. Na contramão da cidadania ativa	43
1.7. O absolutismo jurídico e a interpretação judicial na atualidade	47
1.8. Um Judiciário livre em meio a um ambiente político sequestrado	50
CAPÍTULO 2. SEGURANÇA JURÍDICA PRA QUEM?	55
2.1. Formação local de uma elite insurgente	56
2.2. O nascimento do Supremo Tribunal Federal	59
2.3. Poder Moderador: do Conselho de Estado para a Corte Suprema	61
2.4. Função moderadora na Corte Judicial	65
2.5. Segurança jurídica: estabilidade e legitimação democrática	69
CAPÍTULO 3. INFLUÊNCIAS EXTERNAS	91
3.1. O protagonismo vem de fora	92
3.2. Abertura do modelo brasileiro no momento da aplicação do direito	96
3.3. Constitucionalismo multinível e fontes do direito	99

3.4. Diplomacia judiciária	103
3.5. O Leviatã jurisprudencial: Beemote	111
CAPÍTULO 4. IMPACTOS EXTRA-SISTÊMICOS	115
4.1. Influência oligárquica nos meios de comunicação	116
4.2. Colegialidade e competências monocráticas	118
4.3. Direitos jurisprudenciais “ex nihilo”	122
4.4. Modelo elitista vs. modelo de realidade	130
CAPÍTULO 5. JURISPRUDÊNCIA ADJUDICADA	133
5.1. A força da palavra dada	134
5.2. Atos criadores do direito	136
5.3. Construção de sentidos além das lacunas	139
5.4. Direcionamento prospectivo via racionalidade retrospectiva	144
5.5. Soberania da jurisdição inclusiva	147
5.6. O direito é uma teia de aranha	152
5.7. Uma maior abertura interpretativa	155
5.8. A vinculação hierárquica na Constituição	157
5.9. Súmulas vinculantes e repercussão geral	160
CAPÍTULO 6. O JULGADOR E AS TRADIÇÕES JURÍDICAS	171
6.1. Diferentes tradições jurídicas	173
6.2. Dicotomia entre Civil Law e Common Law	174
6.3. <i>Stare decisis et queta non movere</i>	183
6.4. A figura pessoal do Magistrado	187
6.5. Origem histórica do magistrado brasileiro	191

CAPÍTULO 7. OPERAÇÃO JUDICIAL CONCRETA	197
7.1. Visão democrática e coletiva sobre a jurisfação judicial	198
7.2. Independência objetiva na construção da Jurisdição	209
7.3. Construção coletiva da jurisprudência	218
CAPÍTULO 8. QUEM COMANDA A EXCEÇÃO?	223
8.1. O coeficiente de elasticidade das normas	225
8.2. Estado de exceção Judicial?	226
8.3. Limites interpretativos na hierarquização judicial	235
8.4. Disputas de narrativas e súmulas vinculantes	237
CAPÍTULO 9. MANDATOS JUDICIAIS E PLURALISMO	251
9.1. Interpretação pluralista: mandatos judiciais sem sabatina	253
9.2. Sistemas de nomeação judicial	257
9.3. Desnecessidade de sabatina cruzada	260
9.4. Uma sala Constitucional dentro do Supremo	264
CAPÍTULO 10. PROCESSO CONSTITUCIONAL OBJETIVO	269
10.1. Releitura dos valores da sociedade pelo Judiciário	272
10.2. Instrumental do processo constitucional objetivo	276
10.3. Hierarquização judicial em abstrato	279
D – CONCLUSÕES	285
E - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	291

A - TEMA CENTRAL DA TESE

Será que toda lei é sempre a expressão da vontade geral? Faz sentido indagar se a jurisprudência poderia refletir diretamente a vontade geral sem a intermediação do comando legislativo? Ou existiria a possibilidade de legitimidade jurisprudencial autônoma ao lado das normas democraticamente produzidas pelo Parlamento?

O Estado Democrático de Direito envolve a repartição de funções entre os vários exercentes do poder de modo plural. Um efetivo pluralismo decorre do exercício do poder por diferentes grupos sociais com distintas visões de mundo. A sociedade jurídico-política brasileira poucas vezes se efetivou amplamente de um modo plural de forma a permitir a consagração das normas como clara expressão da vontade geral da maioria dos brasileiros. Tal pluralismo se efetiva por um diálogo constitucional aberto denominado metaconstitucionalismo.

Segundo o ideal democrático, o povo que convive decide como convive. A sociedade política se torna juridicamente organizada quando são estabelecidas pautas de conduta. A filtragem da ação individual pela coletividade se dará pelos mecanismos do Direito.

Da democracia direta até a autocracia existe a democracia indireta, exercida por representantes eleitos, e em todas elas o *absolutismo jurídico* encampa a vontade política e a juridiciza. É a jurisfação do poder. Denomina-se *absolutismo jurídico* a transformação da vontade autoritária ou democrática em valores jurídicos passíveis de imposição e coerção estatal.

O Estado de Direito é o que utiliza a norma jurídica como elemento de conexão entre a vontade geral e a vontade estatal. De fato, a legitimação democrática é o critério que imanta essa relação. O papel do Estado é exercer a autoridade para estabelecer parâmetros para a liberdade dos indivíduos. Nossa hipótese de pesquisa parte do pressuposto de que, com a atuação expansiva do Judiciário, existiria hoje mais um protagonista na produção de pautas de conduta

Teremos um Estado Jurislador na hipótese em que a Jurisprudência vier a assumir o traçado das condutas sociais juridicamente aceitas. Grafaremos “Jurisprudência” com letra inicial maiúscula para referir à ciência do direito, com a vênha dos que entendem que não existira uma ciência jurídica, pois estamos diante de objeto que varia no tempo e no espaço. E lançaremos “jurisprudência” com letra inicial minúscula nas vezes em que nos referirmos à atuação concreta dos tribunais, pois o tema de Teoria Geral do Estado será aqui tratado no plano da abstração, complementado com a experiência empírica brasileira.

Pautas de conduta do ponto de vista jurídico tanto podem ser aquelas votadas, diretamente pelo povo ou indiretamente pelos representantes, quanto as produzidas pela jurisprudência ampliata. Assim, partiremos da suposição de que, já hoje, temos um Estado Jurislador no Brasil. A expressão “Jurislador” serve para descrever o fenômeno no qual instâncias judiciais crescentemente passam a definir o conteúdo das normas. Estudaremos tal evolução sob o prisma da Teoria Geral do Estado sem olvidar da ciência do direito. O direito, em nossa visão, é uma ciência humana com método e princípios próprios.

Muito se tem debatido acerca do ativismo ou do protagonismo judicial, pelo que, aparentemente, se estaria alterando via interpretação o conteúdo das normas legais. Assumindo tal cenário como verdadeiro, pretendemos analisar o quadro jurídico-político atual, para verificar se ainda prevalece o princípio da separação dos poderes entre as funções de Estado originalmente concebidas em nossa Constituição.

No presente trabalho estudaremos o caráter supostamente cambiante da tripartição de poderes quando se cuida da produção normativa. Esta mudança varia nas coordenadas espaço-temporais, e assume graus diferentes nos vários sistemas jurídicos. Centralizaremos nossa análise no sistema brasileiro, mas sem deixar de tomar em consideração o que tem ocorrido no estrangeiro. Alguns autores têm utilizado “juristocracia” ou “supremocracia” para descrever tal realidade, com atenção maior para o que consideram ser um abuso do direito de interpretar. Podemos encontrar mesmo quem defina tudo como um estado de exceção judicial. Preferimos a expressão “Estado Jurislador” porque entendemos que ela melhor

recobre uma leitura de regularidade jurídica vigiada. É o que estamos propondo, a bem da segurança jurídica.

A segurança jurídica é o fundamento útil dos institutos do Direito: a antítese da informalidade. No Estado de Direito há maior segurança pela possibilidade de se antecipar determinadas balizas para as relações sociais, conflitivas ou não-conflitivas. Caso isso não ocorra, existe o risco de perda de legitimidade institucional.

Segurança é previsibilidade. No devido processo legislativo (que é público e tem sua racionalidade própria) assegura-se ademais a garantia de legítima participação de grupos de interesse da sociedade. Isso nos permite presumir que a sociedade foi informada do conteúdo das normas. No entanto, em alguns temas, na redefinição do tradicional equilíbrio entre os poderes, o fenômeno da preponderância judicial pode revelar-se benéfico para a sociedade. Com o surgimento do Estado Jurislador, se vai assegurar maior celeridade e homogeneização na solução das demandas. Temos em paralelo o fenômeno adicional da produção anômala de normas, que será aceitável, em tese, desde que se evitem surpresas e retrocessos quanto aos direitos fundamentais.

Desde o surgimento dos tribunais brasileiros até a ampliação do quadro de atribuições judicantes com a “Constituição Cidadã”, houve a crescente ampliação da atuação dos magistrados. Consequentemente, um maior espaço foi aberto ao protagonismo judicial. Primeiramente foi incrementada a via de acesso ao controle concentrado, no concernente ao rol de legitimados ativos, em comparação com as cartas anteriores (eis que os constituintes em 1988 expandiram aquilo que o período castrense já havia estabelecido com a Emenda nº 16/1965). Em seguida, registrou-se a “desuetudo” do procedimento previsto no art. 52, inc. X, disfunção esta que se deve a um Senado que desconsidera as comunicações do Supremo Tribunal Federal.

Na sequência, operou-se impacto significativo na fiscalização abstrata de constitucionalidade. A Emenda Constitucional nº 45/2004 criou novos mecanismos de vinculação vertical de instâncias judiciais mediante a possibilidade súmulas vinculantes (os quais já haviam surgido pela Emenda Constitucional nº

3/1993). E, por fim, com a edição do recente Código de Processo Civil brasileiro de 2015, expandiram-se os instrumentos da jurisprudência vinculante (com grande importância para a reclamação, a repercussão geral, o incidente de demandas repetitivas, entre outros institutos processuais).

É possível sim cogitar-se de um Estado Jurislador que mediante análises jurídicas racionais incrementa a segurança jurídica. Alterações sistêmicas adiante sugeridas teriam o condão, a nosso ver, de ampliar a legitimidade desse sistema atípico de produção normativa. Tudo mediado por uma liberdade hermenêutica vigiada, a um só tempo, pelo princípio democrático e pelo elenco irretrotraível de direitos fundamentais do cidadão.

A lei no Brasil nem sempre é a expressão da vontade geral, como deveria ser em um plano ideal, porque não existem canais adequados que garantam efetiva aferição da vontade geral. E aí se encarta a grande potencialidade de um sistema de filtro racional do quadro normativo. O que se torna imperioso é que o protagonismo judicial seja exercido por um colegiado recrutado de forma plural. A falta de canais diretos de controle do mérito judicial pelo cidadão pode se coadunar com a força expansiva da jurisprudência, desde que sua produção opere como filtro legítimo de anseios populares, para além da subjetividade individual dos magistrados.

Nosso País pretende se inserir no concerto das nações democráticas ocidentais, tal como sugerem os princípios basilares de nossa Constituição, a partir dos valores da civilização ocidental. No modelo de Estado Jurislador estudaremos esse novo fenômeno sem perder de vista os eventuais impactos no Estatuto do Cidadão. Denominamos Estatuto do Cidadão o quadro de direitos fundamentais plasmado no texto magno e nos tratados internacionais.

Iremos nos debruçar sobre a ampliação do espaço de influência normativa da Corte Suprema (e do Judiciário em geral), com foco maior nas consequências do exercício das competências decorrentes do processo constitucional objetivo. Isto porque se consolida hoje uma atividade legiferante atípica pelo Judiciário, o que aponta para sua posição topográfica exponencial no cume dos poderes da República.

Poderíamos então afirmar que o Estado Jurislador desponta em um momento histórico no qual a interpretação pretoriana pode ter mais força do que uma emenda à Constituição? E que ainda assim se estaria a ampliar o Estatuto do Cidadão por mecanismos hermenêuticos colegiados de reforço à legitimação democrática? É o que tentaremos demonstrar.

B - METODOLOGIA EMPREGADA

Toda análise é uma correlação de fenômenos que vai além da unidade inicial. Sempre que se tenta compreender um sistema é necessário decompor mentalmente seus elementos. O objeto de estudo desta tese é o funcionamento expansivo do Judiciário.

Em alguns momentos, a leitura parcial de blocos de raciocínios aqui apresentados podem induzir à compreensão de que estaria em curso uma implosão de tudo que existe. Não é verdade. A presente tese homenageia o Judiciário. Pretende comprovar que o sistema judiciário brasileiro está em evolução. E que isto serve para o bem de todos.

Qualquer análise que se promove parte inicialmente da oposição entre a contradição e a síntese¹. Esta contradição será constatada e verificada sobre alguns elementos iniciais de verdade. Claro que “mesmo a versão unânime é ‘versão’ e pode estar equivocada”². Isso autoriza o leitor a duvidar dos pressupostos dos raciocínios aqui lançados, e nosso trabalho será o de demonstrar o acerto das nossas conclusões.

Partiremos do pressuposto de que o século XIX foi o século do Poder Legislativo: da afirmação da soberania popular diante de um Estado mínimo³. No século XIX, firmou-se em definitivo que a lei não era apenas algo escrito para que pudesse ser lido e respeitado (um dos sentidos de “lego” em latim, que significa “ler

¹ Neste sentido ver Antônio Joaquim Severino, em “Metodologia do Trabalho Científico”, 24ª edição, Cortez Editora, 2016, p. 87.

² Cf. Pedro Demo, em “Metodologia do Conhecimento Científico”, Atlas, 2000, p. 129.

³ Neste sentido, cf. Enrique Ricardo Lewandowski, em “O protagonismo do Poder Judiciário na era dos direitos”, publicado na Revista de Direito Administrativo v. 251 (maio/ agosto 2009), referente a palestra proferida na Escola de Direito da FGV em 29 de agosto de 2009: “O século XIX foi o século do Poder Legislativo, o século do Estado mínimo, do Estado não intervencionista, Estado que presidia uma sociedade predominantemente rural. Claro que existiam cidades, mas a vida era praticamente uma vida rural, uma vida onde o tempo transcorria de forma muito lenta; então, era perfeitamentepossível que a tomada de decisão se desse num fórum relativamente grande, complexo, no que diz respeito à tomada de decisão, que era o Poder Legislativo, e que, por sinal, naquele momento histórico concentrava, aqueles que empolgavam o poder político em suas mãos, que era a burguesia triunfante, que vinha das revoluções liberais burguesas do século imediatamente antecedente, como grande parcela da sociedade vencedora, seja no âmbito econômico, seja no âmbito político.”

em voz alta”). Como consequência do anterior século das luzes, é no século XIX que o Legislativo vai incorporar o discurso da legitimação dos Parlamentos como representantes da vontade popular.

Já o século XX qualificou-se pela prevalência do Poder Executivo⁴. A atividade administrativa regulamentar, via decreto, por vezes chega a suplantar a produção de normas votadas. Na Alemanha, por exemplo, até mesmo o regime de garantias da Constituição de Weimar foi sendo modificado por decreto.

E, finalmente, o século XXI se abre como o século do Judiciário. O Judiciário brasileiro está sendo remodelado para enfrentar os resquícios de um Executivo hipertrofiado e de um Legislativo deslegitimado. Há inúmeros autores de peso que demonstram o protagonismo judicial, em detrimento dos demais poderes. Vamos interpretar suas obras e toma-las como ponto de partida o percurso que estes já trilharam.

“Interpretar, em sentido estrito, é tomar uma posição própria a respeito de ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto”⁵, afirma Antônio Joaquim Severino. É evidente que não temos a ilusão do fundamento absoluto nesta conexão entre nossas leituras da realidade e avaliações subjetivas. Norberto Bobbio explica em “A Era dos Direitos” que a “busca do fundamento nasce da ilusão do fundamento absoluto, ou seja, a ilusão de que – de tanto acumular e elaborar razões e argumentos – terminaremos por encontrar a razão e o argumento irresistível, ao qual ninguém poderá recusar a própria adesão.”⁶ Claro que não existe o fundamento absoluto, mas há sim condições de se localizar a evolução do discurso dominante e os modos de fazer do direito. “O conteúdo” – como diz Hegel

⁴ Neste sentido, cf. Enrique Ricardo Lewandowski, em “O protagonismo do Poder Judiciário na era dos direitos”, publicado na Revista de Direito Administrativo v. 251 (maio/ agosto 2009), referente a palestra proferida na Escola de Direito da FGV em 29 de agosto de 2009: “O século XX foi o século em que o grande protagonista foi o Poder Executivo, o século que exigia do Estado respostas rápidas, imediatas aos estímulos. O século da Revolução Russa de 1917, o século da Primeira Guerra Mundial de 1914 a 1918, o século da Segunda Grande Guerra, que terminou em 1945, o século da globalização econômica, em que o Estado, por meio de seu órgão mais ativo, mais avançado, exercia um protagonismo maior.”

⁵ Neste sentido ver Antônio Joaquim Severino, em “Metodologia do Trabalho Científico”, 24ª edição, Cortez Editora, 2016, p. 63.

⁶ Cf. Norberto Bobbio, em “A Era dos Direitos”, nona edição, Elsevier, 26ª tiragem, tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2004, p. 16.

– “é o sistema do *lógico*. Como *forma*, nada resta aqui à ideia senão o *método* desse conteúdo: o saber determinado do valor de seus momentos”⁷.

Não existe o fundamento absoluto pois as contingências se transfiguram. “Tal transfiguração exige pensar a totalidade como um sistema aberto ao desequilíbrio periódico, pois a integração contínua de novos elementos inicialmente experimentados como contingentes e indeterminados reconfigura o sentido dos demais”⁸, afirma Vladimir Safatle no prefácio da obra “Três estudos sobre Hegel” de Theodor W. Adorno. Aceitar as alterações na realidade como método de estudo envolve o perigo inerente à mudança. Desta evolução poderão resultar melhorias que precisam ser compreendidas. Tendo por base tais pressupostos pretendemos ler o Judiciário atual.

Assim, encontraremos o fundamento de nossas conclusões na dinâmica do processo histórico da justiça brasileira, a partir dos momentos que essa evolução impacta na realidade. Muitos recortes são possíveis, pois a Justiça tem muitas atribuições. Nosso corte epistemológico será o estudo da manifestação normativa atípica do Judiciário sobre o sistema político como um todo. Esta visão assumidamente globalizante com o “respeito à tessitura organizativa das realidades complexas”⁹.

Tal realidade judiciária complexa será estudada de modo sincrônico e diacrônico. “É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções”, afirma Ferdinand de Saussure¹⁰. Tentaremos utilizar a relação de sincronia como ponto de partida, uma fotografia jurídico-legal apoiada na noção de linguística sincrônica, que, segundo Saussure, é a que “se ocupará das relações lógicas e psicológicas”¹¹. Pela leitura dos dispositivos constitucionais que alargaram a atuação do Judiciário, em visão

⁷ Cf. G. W. F. Hegel, na “Enciclopédia das Ciências Filosóficas (1830)”, vol. I, A ciência da lógica, verbete “a ideia absoluta”, traduzido por Paulo Meneses, Edições Loyola, 1995, nos §§236 e 237, pp. 366/367.

⁸ Cf. Vladimir Safatle, no prefácio da obra “Três estudos sobre Hegel”, de Theodor W. Adorno, Editora Unesp, tradução Ulisses Razzante Vaccari, 2013, p. 28.

⁹ Cf. Pedro Demo, em “Metodologia do Conhecimento Científico”, Atlas, 2000, p. 132.

¹⁰ Cf. Ferdinand de Saussure, no “Curso de Linguística Geral”, tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, editora Cultrix, 24ª edição, 2000, p. 96.

diacrônica evolutiva, promoveremos o estudo das “relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si”.¹²

Há densidade descritiva desta realidade por inúmeros trabalhos de fôlego sobre ativismo ou protagonismo judicial. Não se faz necessário repisar todos os pressupostos destes estudos, mas iremos, é claro, promover os recortes cabíveis para a abordagem aqui apresentada.¹³ Não se faz necessário retornar à evolução do tema ao longo dos anos a partir das bases lançadas pelo historiador Arthur Schlesinger Jr. na revista “*Fortune*” de 1947.¹⁴ Há muitos estudos históricos e sociológicos que trabalham o tema entre nós, sendo que o tema já ganhou aqui também espaço nos jornais.¹⁵

Relembre-se que o método científico não é unitário ou exclusivista. Vários métodos podem compor a sistemática de aproximação do objeto. Falamos em “método de abordagem” em uma perspectiva abstrata (v.g.: métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético). Classificam-se como “métodos de procedimento” os conectados às etapas mais concretas da investigação (v.g.: métodos histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista). Segundo Caio Prado Junior:

¹¹ Cf. Ferdinand de Saussure, “Curso de Lingüística Geral”, tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, editora Cultrix, 24ª edição, 2000, p. 116.

¹² Cf. Ferdinand de Saussure, “Curso de Lingüística Geral”, p. 116.

¹³ Segundo Agostin Gordillo, “convém selecionar os argumentos, evitando a pretensão de esgotar o tema no plano normativo, jurisprudencial ou teórico”, até porque “todo excesso de argumentação jurídica oscila entre ser inútil e prejudicial”. Na obra “*El método em direito*”, Editorial Civitas, Madrid, 1997, pp. 173/174.

¹⁴ O primeiro registro da utilização da expressão “activist” em oposição a “self restraint” se deu na revista *Fortune* de 1947, a qual foi multi-referida posteriormente em vários estudos e decisões judiciais pelo mundo sobre o tema do ativismo ou protagonismo judicial. No artigo “The Origin and Current Meaning of Judicial Activism”, Keenan D. Kmiec, retoma a posição de Schlesinger sobre o embate entre juízes não-eleitos e normas votadas: “Arthur Schlesinger Jr. introduced the term ‘judicial activism’ to the public in a *Fortune* magazine article in January 1947. Schlesinger’s article profiled all nine Supreme Court justices on the Court at that time and explained the alliances and divisions among them. The article characterized Justices Black, Douglas, Murphy, and Rutledge as the ‘Judicial Activists’ and Justices Frankfurter, Jackson, and Burton as the ‘Champions of Self Restraint’. Justice Reed and Chief Justice Vinson comprised a middle group.” Na “*California Law Review*”, October 2004, Vol. 92, Issue 5, p. 1449.

¹⁵ José Reinaldo de Lima Lopes, professor titular da USP, importante pesquisador da história, da filosofia e da sociologia do direito brasileiro, publicou um artigo no Jornal Folha de São Paulo de 5 de março de 2017, no Caderno Ilustríssima, p. 4, no qual resume para o grande público a situação do

“O conhecimento, representado essencialmente pela *conceituação*, que é o conjunto de representações mentais conceptualizadas, isto é, elaboradas pelo pensamento na base da experiência, conservadas na memória do homem, e registradas sobretudo sob forma de linguagem, o conhecimento se apresenta sob forma de *relações conceptuais* que exprimem e traduzem mentalmente as interconexões e a unidade fundamental da Realidade objetiva.”¹⁶

Para atingir esta realidade jurídica aqui objetivamente pressuposta, nosso *método de abordagem*¹⁷ será o dialético, via separação sistemática dos contrários em uma perspectiva hegelina¹⁸. Para Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, o “hegelianismo é um sistema, uma construção lógica, racional, coerente, que pretende aprender o real em sua totalidade”¹⁹.

Desde o direito romano, a “divisio” parece que domina o raciocínio dos juristas. “Divisio” é justamente o modo de raciocínio por contrários que, na visão hegeliana, são complementares para a busca da plenitude, ainda que isso possa representar uma visão idealista da realidade. Hegel vai mais longe na complementariedade dos contrários, do que o pensamento clássico que apoiava a dialética na retórica. Para Hegel o idealismo constrói a soberania compondo-a por membros integrados, e se um deles se isola, temos uma doença.²⁰ Isto porque para ele o “caráter fundamental do Estado político é a unidade substancial como idealidade dos seus momentos.”²¹

ativismo judicial brasileiro, sob o título “O Supremo e as crises da República – STF é palco de batalha por liberdades e direitos”.

¹⁶ Cf. Caio Prado Junior, em “Dialética do Conhecimento”, Tomo II – História da Dialética – Lógica Dialética, 5ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1969, pp. 623/624.

¹⁷ Os métodos de abordagem são os que possuem maior nível de abstração. Segundo Marconi e Lakatos em “Metodologia Científica”, 7ª edição, Editora Atlas, 2017, pp. 84/85, são os métodos: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético.

¹⁸ Ver Antonio Henriques e João Bosco Medeiros, em “Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica”, 9ª edição, Atlas, 2017, p. 42.

¹⁹ Marconi e Lakatos em “Metodologia Científica”, 7ª edição, Editora Atlas, 2017, p. 75.

²⁰ Cf. G. W. F. Hegel, em “Princípios da Filosofia do Direito”, tradução de Orlando Vitorino, 1ª edição, 4ª tiragem, São Paulo, Martins Fontes, 2009, p. 253 (§278).

²¹ Ob. cit., p. 252 (§276)..

A dialética teve vários sentidos ao longo da história, sendo por vezes muito criticada²². Foi com Hegel que a visão de “momento dialético” permitiu compreender que a evolução dos conceitos surge do debate de contrários. Daí o uso moderno, depois de Hegel, da dialética “para designar todos os encadeamentos de pensamento nos quais o espírito se envolve gradualmente sem se poder deter em nada de satisfatório antes da última etapa”²³.

Se vamos buscar conceitos jurídicos em sua dialeticidade histórica, temos que analisar a realidade coerentemente, para tentar encontrar uma nova idealidade com probabilidade real de gerir o espaço jurídico. Para Miguel Reale, o Direito deve ser concebido “como atualização crescente de Justiça”, o que será determinado pela “experiência social e histórica do homem”²⁴. Ainda para Miguel Reale, na sua “Filosofia do Direito”, há dois extremos a evitar: nem podemos projetar a ideia de Justiça para fora do processo da juridicidade positiva (Stammler e Del Vecchio), nem devemos amalgamar completamente positividade e justiça ou indivíduo e sociedade (Hegel, Gentile, Binder). Vamos imprimir uma visão científica ao direito, sem desconhecer os autores que questionam tal possibilidade.²⁵

Por isso, julgamos o método dialético o mais adequado ao presente trabalho, pois vamos comparar os sistemas do “common law” e do “civil law”. A compreensão do espírito ou da tradição de tais modelos servirá de apoio para

²² Segundo Nicola Abbagnano: “ao longo de sua história, a noção de Dialética assumiu quatro significados fundamentais aparentados mas diferentes. Embora o último seja o mais difundido hoje em filosofia, e a ele seja feitas as referências mais frequentes em linguagem comum (Dialética da história, Dialética da vida política, Dialética espiritual, Dialética dos partidos, etc.), também é o significado mais descreditado por haver servido como uma espécie de fórmula mágica, capaz de justificar tudo o que aconteceu no passado e que se prevê ou se espera que aconteça no futuro.” No “Dicionário de Filosofia”, tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti, Martins Fontes, 2000, p. 274.

²³ Cf. André Lalande, em “Vocabulário – técnico e crítico – da Filosofia”, tradução de Fátima Sá Correia, Maria Emília Aguiar, José Eduardo Torres e Maria Gorete de Sousa, vol. I, Porto, Rés Editora, p. 301.

²⁴ Os dois trechos foram colhidos da obra “Filosofia do Direito” de Miguel Reale, Editora Saraiva, 19ª edição, 1999, p. 700.

²⁵ Segundo Rainer Maria Kiesow: “Tout est possible dans l'interprétation : c'est pour cela que la science du droit est inutile, comme Kirchmann l'a montré mieux que personne d'autre, et c'est pour cela que le code n'est pas *le code* et qu'il se perd dans les tourbillons de ses diverses 'applications'. Seuls les alcooliques de la scientificité pouvaient penser que la merveilleuse activité des juristes, cette activité tellement constructive, inventive, imaginative, basée sur l'interprétation, serait une science. En vérité, il n'y a là que des opinions, peut-être des arguments, qui ne sont rien d'autre que des opinions. Kirchmann avait raison : ‘Le droit est éternellement en avant de la science’ » (“L'unité du droit”, 2014, p. 43).

tentar prever como vai evoluir o direito brasileiro. O sistema de precedentes à brasileira já é objeto de vários estudos de direito processual. Pretendemos aqui promover leitura similar, circunscrita pelos elementos da Teoria Geral do Estado.

Nosso método de abordagem para apreensão da realidade jurídica será prioritariamente dialético, o que não exclui a utilização dos métodos indutivo, dedutivo ou hipotético-dedutivo para questões pontuais quando for o caso. O tema aqui abordado exige o uso concomitante de vários métodos²⁶. O foco central será uma avaliação racional da realidade constitucional. Karl Popper²⁷ atribui à influência de Hegel a filosofia da identidade entre razão e realidade: “entre a resposta epistemológica de Kant ‘*Porque a inteligência forma o mundo*’ e o princípio da identidade de Hegel ‘*Porque a razão é o mundo*’ – existe historicamente uma ponte – que é a resposta de Fichte ‘*Porque o meu espírito cria o mundo*’ ”²⁸.

Uma vez estudada a realidade constitucional, pontualmente no que se refere ao Judiciário, utilizaremos o método histórico-comparativo como *método de procedimento*²⁹. Não vamos estruturar nosso raciocínio com método experimental sobre o funcionamento da economia interna das cortes brasileiras. Nem com métodos estatísticos sobre o julgamento de determinados temas judiciais. Tampouco utilizaremos o método clínico de entrevistas ou debates com autoridades públicas, pois nossa abordagem não é sociológica³⁰. Não que tais

²⁶ Segundo Marconi e Lakatos, Popper oscila entre ser um “realista crítico” e um “racionalista crítico”, pois seu método central é o de circunscrever criticamente um problema para em seguida apresentar possíveis soluções. Popper utiliza o método hipotético-dedutivo pela construção de conjecturas que são submetidas a uma discussão crítica intersubjetiva e testes de falseamento. Pretendemos em linha semelhante confrontar os vários autores e suas apreensões da realidade constitucional com nossa visão de mundo sobre o Judiciário. Cf. Marconi e Lakatos em “Metodologia Científica”, 7ª edição, Editora Atlas, 2017, p. 91.

²⁷ Marconi e Lakatos em “Metodologia Científica”, 7ª edição, Editora Atlas, 2017, p. 63/64.

²⁸ Cf. Karl Popper, em “O racionalismo crítico na política”, tradução de Maria da Conceição Côrte-Real, 2.ed., Editora UnB, 1994, p. 39.

²⁹ Os métodos de procedimento representam as etapas mais concretas da investigação para fins de explicação dos fenômenos menos abstratos. Segundo Marconi e Lakatos em “Metodologia Científica”, 7ª edição, Editora Atlas, 2017, pp. 85/91, são métodos de procedimento os métodos: histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista.

³⁰ Afirma Marcelo Figueiredo sobre o estudo da multiplicidade de centro de poder no Estado Nacional contemporâneo: “Não importa estudar – sociológica ou antropologicamente – como se deu esse processo. O que parece certo e inexorável é constatar a existência de vários centros de decisão política que transcendem ao Estado e que acabam por vincular tanto os poderes públicos como os cidadãos.” Na obra coletiva “Constitucionalismo multinível e pluralismo jurídico”, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2017, p. 113.

métodos não sejam importantes. Mas sim porque o foco da presente tese é um esforço de análise racional do sistema jurídico e de sua possível evolução, partindo do quadro doutrinário já existente, do qual se extraem importantes avaliações sobre a realidade constitucional atual.

Uma avaliação prevalentemente teórica se presta a tanto, sem sombra de dúvidas, pois a teoria pode antever fatos, quando os delinea com rigor e uniformidade³¹. Conectando-os à teoria teremos uma visão prospectiva e retrospectiva da realidade brasileira.

Utilizaremos uma visão teórica no estado atual da arte. Ademais, Savigny não estava errado quando disse, já na primeira metade do século XIX, que “o objetivo da ciência é apresentar historicamente as funções legislativas de um Estado”³². E assim também pensou Portalis, no seu discurso preliminar sobre o primeiro projeto de Código Civil, em 1801, quando afirmou que “não podemos viver sem leis nem sem jurisprudência”, para concluir que “os Códigos do Povo se fazem com o tempo” (EFI)³³. É na dialeticidade da evolução Judiciária que a sociedade produz o seu quadro jurídico.

Depois de todas as análises aqui propostas, pretendemos demonstrar que o direito (i) é sim uma ciência formal auto-afirmada perante a sociedade, (ii) com a função de interpretar historicamente a jurisprudência, e (iii) de modo a organizar as pautas sociais que o tempo incorporou. A expressão *Estado Jurislador* é a expressão que propomos para fins de recobrir a realidade descrita.

³¹ Marconi e Lakatos em “Metodologia Científica”, 7ª edição, Editora Atlas, 2017, p. 99.

³² Friedrich Karl Von Savigny, em “Metodologia Jurídica”, Depalma, tradução de J. J. Santa-Pinter, 1979, p. 6.

³³ Cf. Portalis no « Discours préliminaire du premier projet de Code civil (1801) » : « on ne peut pas plus se passer de jurisprudence que de lois ». Tal texto é de domínio público e “encontrável facilmente na internet” (EFI). As referências bibliográficas servem para facilitar acesso, e os meios digitais tornaram isso uma obviedade em muitos casos. Por isso propomos a sigla EFI, que poderia ser traduzida para o inglês como “easily found on the internet”, pois qualquer motor de busca localiza o texto integral e o trecho referido em questão de milésimos de segundos.

D - CONCLUSÕES

O Estado Jurislador corresponde a uma releitura do sistema de tripartição de poderes, levando-se em consideração um maior protagonismo do Judiciário. Diante desse novo fenômeno, não se afigura aceitável que juízes e tribunais exerçam parcela da função normativa sem que se fixem mecanismos de controle delimitadores desta atividade expansiva.

A Teoria Geral do Estado desponta como a disciplina que pode auxiliar no estabelecimento de novos limites para a separação de poderes, propondo soluções de controle que devem refletir a pluralidade de ideias, consagrada pela Constituição. Isto porque a tradicional interdependência recíproca entre os poderes precisa ser revista à luz da “Era dos Conflitos” que se estabelece no século XXI. Um outro equilíbrio de poderes será necessário com a ampliação do protagonismo judicial. Novas formas de controle popular precisam surgir.

A divisão material de atribuições originais dos poderes não tem mais sido integralmente respeitada. No Estado Jurislador, a produção de comandos modalizadores de conduta passa a surgir da interpretação ou da criação original por tribunais ou juízes monocráticos, por vezes sem o apoio em normas legisladas. Valores do sistema jurídico passam a condicionar a aplicação das normas, algumas vezes se afastando da axiologia que condicionou a elaboração do quadro normativo original. Há situações de confronto direto entre os poderes, e outras de mera ocupação de espaços vazios.

Isto torna imperiosa a repactuação da separação de poderes. Ao se confundirem as instâncias ordinárias de produção normativa com a de execução de conteúdos normativos durante conflitos jurídicos, exsurge a discussão sobre a insegurança da tripartição em sua modelagem original. Se o Judiciário vai produzir normas a partir de sua experiência nos julgamentos das lides, essa atribuição tem que ser parametrizada por uma racionalidade própria.

É necessário repensar a segurança jurídica original. No Estado

Jurislador temos que passar de um modelo estático para uma compreensão procedimental da Constituição. O Supremo Tribunal Federal não pode deixar de cumprir o seu papel de preencher os vazios normativos. Ou ainda de repelir ações das instâncias inferiores contrárias aos limites interpretativos de sua jurisprudência.

Isto não significa que a Corte Suprema possa avançar até a destruição de sua própria legitimidade institucional perante a sociedade. Isto porque o Estado Jurislador tem por função evitar o retrocesso: a meta do Direito é o desenvolvimento da civilização. A não ser assim, restaria aumentada a insegurança social, pois autoritarismos vazios de fundamentação jurídica representam involução social e insegurança.

Segurança é previsibilidade, conforme repetimos ao longo desta tese. Assim, os discursos de aplicação das pautas do Direito em um Estado Jurislador precisam ter sustentabilidade. O controle da produção judicial de conteúdos normativos precisa garantir a ampliação do Estatuto do Cidadão. É sim possível um Estado Jurislador que não atente contra a segurança jurídica, desde que a autocontenção colegiada seja uma meta coletiva. Se o exercício de poder jurisdicional serve para a repartição dos ônus sociais, não podemos depositar a confiança da sociedade em um único intérprete isolado.

A segurança jurídica não é automaticamente arranhada pela abertura do texto normativo a diferentes interpretações. Ela é um padrão que decorre da legitimação do sistema judicial. Uma maior legitimação do Judiciário perante a sociedade repercute diretamente na referibilidade positiva do direito. A textura ampla das normas sofre também o impacto da produção jurídica internacional sobre assuntos que estão na ordem do dia na política mundial.

Aceitar que alguns temas recebam insumos internacionais milita em favor da maior amplitude dos direitos correlatos. A visão global privilegia uma solução geral que pode atender uma racionalidade de maior espectro. Da mesma forma, torna-se necessário formatar o Judiciário de cada país, para que barreiras internas na aplicação dos direitos não se tornem um empecilho.

Quando passamos a sofrer o influxo real de elementos externos – sem os filtros dos mecanismos da legitimação democrática interna –, perde sentido o

discurso jurídico de que nada poderia escapar ao normativismo. Ou de que existe unidade completa do ordenamento da regulação da sociedade.

O direito constitucional internacional encilha o sistema nacional, que se conforma produzindo leis e jurisprudência vinculante no mesmo viés. O papel do método na interpretação passa a ser relevante de um ponto de vista institucional. Pois um constitucionalismo multinível irá impactar nas fontes do direito, privilegiando o modelo racional de leitura do ordenamento.

Partimos de uma perspectiva hermenêutica na qual há dois modelos de análise de temas no direito. O modelo-elitista de compreensão racional e o modelo-realidade que se volta à relação empírica.

No modelo-elitista se acredita em valores sociais previamente selecionados de modo racional pelos mais intelectualmente preparados. Já para o modelo-realidade temos que identificar aquilo que normalmente ocorre, recolhendo os dados sobre o que de ordinário se faz no direito. No Estado Jurislador o grau de legitimidade democrática irá aumentar, na medida em que se maximizem soluções pautadas em um modelo-realidade. Temos um historicismo jurídico moderno, com o direito nascendo da realidade. Mas é inegável a influência de um modelo-elitista pelo qual valores externos ao debate parlamentar democrático aditam conteúdos normativos no momento da aplicação.

De um modo geral, ampliou-se, pela Emenda nº 45, e legislação regulamentar subsequente, aquilo que se convencionou denominar eficácia expansiva das decisões judiciais das Cortes Superiores. Não sem razão, há quem defenda que o direito brasileiro migrou, em essência, para a racionalidade procedimental do “common law”.

O papel de interpretar cada caso concreto não é estático, mas sim diacrônico, pois passa a envolver a construção de sentido “pro futuro” das normas. A cada novo caso existe o dever de evolução jurídica na esteira do desenvolvimento social. Todos os sujeitos no processo têm o dever de cooperação na construção de sentido, e não apenas os integrantes do Judiciário.

Somente uma concepção coletiva de independência decisória pluralista,

objetivamente constatável em direção à implementação de cada direito, pode proteger o sistema de abusos pontuais assimétricos. Essa construção, no direito brasileiro, tem como ponto de partida o pluralismo de ideias e instituições. Eis aí o único critério que pode impedir que um discurso ideológico único se aproprie do Estado Jurislador. Concepções pontuais e subjetivas não podem ter impactos em todo o sistema decisório nacional. Sentidos ou conteúdos normativos hoje, é verdade, ou bem são produzidos pelo Legislador ou pelo Judiciário, desde que a partir de um debate colegiado plural.

O papel do Judiciário neste século XXI será o de manter alto o nível de leitura das normas e impedir que direitos fundamentais sejam subtraídos por interpretação. A Era dos Direitos se torna Era dos Conflitos como meio de ampliar o Estatuto do Cidadão, garantindo-se a celeridade de acesso aos direitos. O que temos que encontrar no Estado Jurislador brasileiro é o meio-termo, para que o seu funcionamento não se torne uma deslegitimação autodestrutiva.

No Estado Jurislador brasileiro será imperiosa a construção de uma visão institucional que não engesse a disputa de narrativas judiciais. E, ao mesmo tempo, que não abandone o piso basal fixado pelos representantes da sociedade. Uma jurisdição expansiva exige o exercício do poder por algum órgão judicial com legitimação democrática ampliada.

Algumas medidas constitucionais de ajuste do sistema Judiciário ao Estado Jurislador brasileiro serão necessárias. Se temos um sistema judiciário funcionando com força expansiva, torna-se importante discutir a ampliação de sua respeitabilidade perante a sociedade, o que se dará pelo aumento da base de recrutamento de titulares do referido poder.

A homogeneização dos sentidos judiciais das normas é garantia de unidade, o que já era atuação regular da magistratura. O novo está em um protagonismo com efeitos modificadores das normas para o futuro sem a necessidade de alteração legislativa. Ou seja, aquilo que a era das Codificações promoveu via enciclopedismo jurídico irá doravante ocorrer mediante cognição ampliada e verticalizada por precedentes jurisprudenciais. O enciclopédico no direito atual é conhecer globalmente a visão dos tribunais sobre as normas.

A produção da jurisprudência vinculante, na condição de atuação legiferante atípica, exige a fixação de mandatos judiciais com maior alternância no exercício deste poder. A vitaliciedade mitigada até a aposentadoria compulsória aumenta a estabilidade dos magistrados para decisões de enfrentamento da realidade política, o que é inegavelmente uma vantagem. Entretanto, no Estado Jurislador tendemos, em termos de normogênese, a um tricameralismo; daí a necessidade de um mandato judicial. Se são 4 (quatro) anos para deputados e 8 (oito) para senadores, que seja no mínimo 10 (dez) ou 12 (doze) anos para ministros-judiciais.

A nomeação de magistrados da Corte Suprema poderia ocorrer mediante listas tríplexes de composição mista, propostas por várias autoridades públicas. A ideia de se definir um mandato serviria para oxigenar as decisões da Corte, com uma troca mais frequente de Ministros-judiciais. Com magistrados de diferentes origens alarga-se a compreensão decisória em procedimentos de processo constitucional objetivo.

Uma Corte Constitucional alargada no seu modo de recrutamento aumenta as chances da realização concreta do pluralismo de ideias e instituições. Uma visão jurisprudencial sólida sobre o passado pode alargar o elenco de direitos fundamentais do cidadão. É mais qualitativo o somatório de compreensões individuais de magistrados selecionados por diferentes entes da República Federativa do Brasil. Agir em nome da força expansiva da jurisprudência de modo isolado poderia arranhar o espaço reservado ao Legislador e a própria legitimidade do Estado-Juiz em sua posição de artífice central do Estado Jurislador. Daí a necessidade do alargamento da base de recrutamento da Cúpula do Judiciário para julgamentos efetivamente colegiados.

Por meio do processo constitucional objetivo, o Judiciário assume também a posição de legislador positivo atípico. Além disso, extraem-se conteúdos decisórios com efeitos “ultra partes” também de processos que debatem direitos subjetivos “inter partes”. O sistema de precedentes à brasileira, dessarte, coloca a jurisprudência vinculante na posição de fonte primária do direito. As deliberações judiciais vinculantes devem partir de precedentes reiterados e não de casos

isolados. Até porque a imposição de súmulas vinculantes para a criação de direito novo não decorrente de precedentes reiterados ofende a separação dos poderes.

As atribuições do Supremo como Corte em Cassação devem ser exercidas por julgadores diferentes dos que integrem órgão que discuta jurisprudência vinculante. O Estado Jurislador convive com a maximização da função criadora do direito nas fronteiras do Judiciário. Tais mecanismos sempre existiram e agora apenas são ampliados, sem que se possa falar automaticamente em ruptura institucional ou em estado de exceção. A ideia de exceção envolve a comprovação material de que o Judiciário assumiu o comando na emergência, não sendo um argumento que decorre apenas de uma situação formal. Não é da simples descrição do modelo de Estado Jurislador que decorre um estado de exceção judicial brasileiro.

O Estado Jurislador é uma evolução do Estado de Direito, na exata medida em que facilita a compreensão e a aplicação do quadro legal. Ganhamos celeridade para um efetivo acesso aos direitos fundamentais constantes com a verticalização de temas judiciais pacíficos. Não se pode correr o risco de injeção de conteúdo subjetivo nas normas para além do direito do caso concreto, como meio de singularmente pretender o juiz a modalização da jurisprudência exclusivamente a partir de sua visão de mundo. A jurisfação judicial somente será válida se respeitar o pluralismo de ideias e instituições, e decorrer concretamente de visão colegiada de uma Sala ou Conselho Constitucional afetado exclusivamente a tal função.

E eis aí a encruzilhada metodológica atual para a Teoria Geral do Direito e para a Teoria Geral do Estado: tornar politicamente plural a estrutura judiciária para colocar a jurisprudência vinculante ao lado da vontade geral, e assim facilitar a busca de consensos no processo aberto de interpretação da Constituição.

E - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ADORNO, Theodor W. *Três estudos sobre Hegel – Aspectos, Conteúdo da experiência, Skoteinos ou Como ler*. Trad. Ulisses Razzante Vaccari. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Excepção*. Lisboa: Edições 70, 2003.

ALCÂNTARA, Pedro de (D. Pedro II). *Conselhos à Regente*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

ALEXY, Robert. *El concepto y la validez del derecho*. Trad. Jorge M. Seña. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 1997.

ALMEIDA, Fernando Menezes de. Ver MENEZES DE ALMEIDA.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *Ordem Pública e Processo*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

ARAGÃO, J. Guilherme de. *La Juridiction Administrative au Brésil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

ARNAUD, André-Jean. *O direito traído pela filosofia*. Trad. Wanda de Lemos Capeller e Luciano Oliveira. Porto Alegre: SAFE, 1991.

_____. *Da regulação pelo direito na era da globalização*. Artigo publicado no Anuário PIDIG/UERJ. Coord. Celso de Albuquerque Mello. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. *Critique de la raison juridique – 2 Governants sans frontières – Entre mondialisation et post-mondialisation*. Paris: LGDJ, 2003.

ARRUDA ALVIM, José Manual. *Manual de Direito Processual Civil*. 9.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

ATALIBA, Geraldo. *República e Constituição*. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Curso de Direito Administrativo*. 31.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. *Princípios Gerais de Direito Administrativo*. Vol. I. 2.ed. São Paulo: Forense, 1979.

BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo – Os conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo*. São Paulo: Editora Saraiva, 6ª edição, 2017.

BASILIEN-GAINCHE, Marie-Laure. *État de droit et états d'exception – Une conception de l'État*. Paris: PUF, Fondements de la politique, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Intérpretes e Legisladores*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BEAUD, Olivier. *Théorie de la Fédération*. 1.ed. 3.tir. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

BEÇAK, Rubens. *Democracia – Hegemonia e Aperfeiçoamento*. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Trad. Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Org. Willi Bolle. 1.ed. 2.tir. São Paulo: Imprensa Oficial e Editora UFMG, 2009.

BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo*. 2.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria Geral dos Sistemas – Fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Trad. Francisco M. Guimaraes. 8ª ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

BEZERRA, Helga Maria Saboia. *A Constituição de Cádiz de 1812*. Revista de Informação Legislativa – RIL. v. 50. n. 198, abril/junho 2013.

BINGHAM, Tom. *The rule of law*. London: Penguin Books, 2011.

BLACHÈR, Philippe. *Contrôle de constitutionnalité et volonté générale*. Paris, PUF, 2001.

BLANCO, Pablo Lopez. *La ontología jurídica de Miguel Reale*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edição Saraiva, 1975.

BOBBIO, Norberto. *Direito e poder*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

_____. *Thomas Hobbes*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

_____. *Teoria do ordamento jurídico*. Trad. Claudio de Cicco e Maria Celeste C. J. Santos. Brasília: Editora Polis e Editora Universidade de Brasília, 1989.

_____. *O futuro da democracia*. 7.ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. 7.ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A Era dos Direitos*. 9.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de

Janeiro: Campus, 1992.

_____. *A Era dos Direitos*. 9.ed., 26.tir, Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. *Elogio da serenidade*. 2.ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BODIN, Jean. *De la République – Extraits*. Paris: Librairie de Médicis, 1949;

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *A América Latina*. Rio de Janeiro: Editora S. A. A Noite, 1903.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10.ed. 7.tir. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

_____. *La distinction critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2007.

BRETON, Philippe. *L'incompétence démocratique : La crise de la parole aux sources du malaise (dans la) politique*. Paris : La Découverte, 2006.

BREYER, Stephen. *The Court and The World – American law and the new global realities*. New York: Alfred A. Knopf, 2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Novo Código de Processo Civil Anotado*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015.

CAGGIANO, Monica Herman Salem. *Oposição na Política – Propostas para uma Rearquitetura da Democracia*. São Paulo: Editora Angelotti, 1995.

CALDEIRA, Jorge. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

CAMBI, Eduardo. *Neoconstitucionalismo e Neoprocessualismo – direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário*. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Direito e Democracia*. São Paulo: Max Limonad, 1997.

CÂNDIDO, Antônio. *Um funcionário da Monarquia – Ensaio sobre o Segundo Escalão*. Rio de Janeiro: editora Ouro sobre Azul, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *“Brançosos” e Interconstitucionalidade – itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional*. 2.ed. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador – Contributo para a Compreensão das Normas Constitucionais Programáticas*. 2.ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

CAPPELLETTI, Mauro. *O controle Judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado*. Trad. Aroldo Plínio Gonçalves. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1984.

_____. *Juízes Legisladores?* Trad. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: SAFE, 1999.

_____. *Giudici Legislatori?* Milano: Giuffrè Editore, 1984.

_____. *Juízes irresponsáveis?* Trad. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: SAFE, 1989.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: SAFE, 2002.

CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. *Uma espiral elitista de afirmação corporativa: blindagens e criminalizações a partir do imbricamento das disputas do sistema de justiça paulista com as disputas da política convencional* (tese). FGV/SP, 2017.

CARDOZO, Benjamin N. *La nature de la décision judiciaire*. Trad. Gwénaële Calvès. Paris, Dalloz, 2011.

CARTIER, Emmanuel. *La QPC, Le Procès et ses Juges – L'impact sur le procès et L'architecture juridictionnell*". Paris: Dalloz, 2013.

CASSESE, Sabino. *A Crise do Estado*. Trad. Ilse Paschoal Moreia e Fernanda Landucci Ortale. Campinas: Saberes Editora, 2010.

CASTANHEIRA NEVES ver NEVES, A. Castanheira.

CASTRO, Roberto de Siqueira. *O devido processo legal e a razoabilidade das leis na nova Constituição do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1989.

_____. *O devido processo legal e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2005.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria Geral do Processo*. 29.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

CONI, Luís Claudio. *A internacionalização do poder constituinte*. Porto Alegre: SAFE, 2006.

CONSTANT, Benjamin. *Cours de Politique Constitutionnelle*. Paris: Librairie de Guillaumin et Cie, 1861.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. Obra coletiva coordenada por Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Jr., Eduardo Talamini, Bruno Dantas. São Paulo: Thompson Reuters e Editora Revista dos

Tribunais, 2015, p. 2210.

COSTA, Susana Henriques da. *Condições da Ação*. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2005.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. Ver SERVULO DA CUNHA.

DAHL, Robert A. *A preface to Democratic Theory – Expanded Edition*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *A Constituição na vida dos povos: da idade média ao século XXI*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

_____. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 31.ed. São Paulo: ed. Saraiva, 2012.

_____. *O Poder dos Juízes*. 2.ed. São Paulo: Saraiva Editora, 2002.

_____. *Constituição e Constituinte*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. *O renascer do direito*. 2.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro. *Reclamação Constitucional no Direito Brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2000.

DAVID, René. *Les grands systèmes de droit contemporains*. 8.ed. Paris: Dalloz, 1982.

DEBORD, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris: Folio Gallimard, 1992.

DEMO, Pedro. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DICEY, Albert Venn. *Introduction to the Study of the Law of the Constitution*. London: Macmillan and Co., Limited St. Martin's Street, 1939.

DICKSON, Brice (edited by). *Judicial Activism in Common Law Supreme Courts*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Teoria Geral do Novo Processo Civil*. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

DUVERGER, Maurice. *As modernas tecno-democracias – Poder Econômico e Poder Político*. Trad. Max da Costa Santos. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

ELTCHANINOFF, Michel. *Dans la tête de Vladimir Poutine*. Arles: Solin/Actes Sud, 2015.

FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe. *Onze Supremos: o Supremo em 2016*. Belo Horizonte: Editora Letramento, FGV Rio, 2017.

FAVOREU, Louis; MASTOR, Wanda. *Les cours constitutionnelles*. 2.ed. Paris: Dalloz, 2016.

FAZZALARI, Elio. *Istituzioni di Diritto Processuale*. 5.ed. Padova: Cedam, 1989.

FERRAJOLI, Luigi. A soberania no mundo moderno – Nascimento e crise do Estado nacional. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERRAZ, Anna Candida da Cunha. *Conflito entre poderes: o poder congressual de sustar atos normativos do Poder Executivo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1994.

_____. *Processos informais de mudança da Constituição: mutações constitucionais e mutações inconstitucionais*. 2.ed. Osasco: EdIFIEO, 2015.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Função Social da Dogmática Jurídica*. São Paulo: Editora Max Limonad, 1998.

_____. *Introdução ao Estudo do Direito – Técnica, decisão, Dominação*. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

_____. *A ciência do direito*. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1980.

FIGUEIREDO, Marcelo. *O Controle de constitucionalidade e de convencionalidade no Brasil*. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

_____. *Constitucionalismo multinível e pluralismo jurídico*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2017.

_____. *Direito Constitucional Transnacional e algumas de suas dimensões*. Tese Concurso para Professor Titular PUC/SP, no prelo, 2007.

FIORAVANTI, Marco. *Sieyès et le jury constitutionnaire : perspectives historico-juridiques*. Annales historiques de la Révolution française. Varia 349. Paris: Armand Colin Éditeur, 2007.

FISHER, Louis. *Constitution Dialogues: Interpretation as Political Process*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1988.

_____. *Presidential Spending Power*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975.

FRANKENBERG, Günther. *A gramática da Constituição e do Direito*. Trad. Elisete Antoniuk da edição alemã de 2003 (Suhrkamp Verlag). Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

GARAPON, Antoine. *O Juiz e a Democracia – O guardião das promessas*. Trad. de Maria Luiza de Carvalho do original (“Le Gardien des Promesses”, Éditions Odile Jacob, Paris). Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. *Bem Julgar – Ensaio sobre o ritual Judiciário*. Trad. Pedro Filipe Henriques. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

GARAPON, Antoine; ALLARD, Julie. *Os juízes na mundialização – A nova revolução do direito*. Trad. Rogério Alves do original “Les juges dans la mondialisation”. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

GARCIA, Maria. *Desobediência civil: direito fundamental*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Desobediência civil: direito fundamental*. 1.ed. São Paulo: RT, 1994.

GARCIA DE ENTERRÍA, Eduardo. *La Constitución Como Norma y el Tribunal Constitucional*. 3.ed. Madrid: Civitas, 2001.

GOLDSCHMIDT, James. *Problemi generali del diritto*. Padova : Cedam, 1950.

GOLDSWORTHY, Jeffrey. *The Sovereignty of Parliament – History and Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 2004.

GORDILLO, Agustin. *El método em direito*. Madrid: Editorial Civitas, 1997.

GRANDJEAN, Geoffrey. Paul. *Les juges: décideurs politiques? Essais sur le pouvoir politique des juges dans l'exercice de leur fonction. Article*. Bruxelles: Éditions Bruylant, 2016.

GROSSI, Paolo. *O direito entre poder e ordenamento*. Trad. Arno Dal Ri Junior. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

_____. *L'Assolutismo giuridico - I perché e le prospettive della crisi della giustizia in Italia*. Milano: CMC, 1999.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional – A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição*. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: SAFE, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *L'intégration républicaine: essais de théorie politique*. Trad. Rainer Rochlitz. Librairie Arthème Fayard, Pluriel, 2014.

_____. *Verdade e Justificação – ensaios filosóficos*. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade II*. Trad. Flavio Beno Siebeneichler, Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

HAURIOU, Maurice. *A teoria da instituição e da fundação – Ensaio de Vitalismo Social*. Trad. José Ignácio Coelho Mendes Neto. Porto Alegre: SAFE, 2009.

HECK, Philipp. *El problema de la creación del derecho*. Trad. Manuel Entenza. Barcelona: Ediciones Ariel, 1961.

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas (1830)*. Trad. Paulo Meneses. Vol. I - A ciência da lógica. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. *Princípios da Filosofia do Direito*. Trad. Orlando Vitorino. 1.ed. 4.tir. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HELLER, Hermann. *Teoria do Estado*. Trad. Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. *Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HIRSCHL, Ran. *Towards Juristocracy – The origins and consequences of the new constitutionalism*. Harvard University Press, 2007.

HOBBS, Thomas. *Leviathan – Or, Matter, Form, and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and Civil (Paris 1651)*. Great Books William Benton Publisher. Chicago, London, Toronto: Encyclopaedia Britannica, 1952.

_____. *A Dialogue between a Philosopher and a Student of the Common Laws of England*. Edited by Joseph Cropsey. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1997.

JELLINEK, Georg. *Teoría general del Estado*. Trad. Fernando de los Ríos. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

KAHN, Paul. W. *The Reign of Law*. New Haven and London: Yale University Press, 1997.

KALUSZYNSKI, Martine. *La fonction politique de la justice*. Paris, Grenoble: La Découverte/Pacte, 2007.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Il primato del parlamento*. Trad. Carmelo Geraci, Milão: Giuffrè Editore, 1982.

_____. *La dottrina pura del diritto*. Trad. Renato Treves, Milão: Giulio Einaudi editore, 1953.

_____. *Théorie Pure du Droit*. Trad. Henri Thévenaz. Neuchatel: Éditions de la Baconnière, 1953.

KMIEC, Keenan D. *The Origin and Current Meaning of Judicial Activism*. California Law Review, vol. 92, Issue 5, outubro, 2004, pp. 1441/1478.

KERCHOVE, Michel Van de. *Les limites relative du droit*. Paris: Mare & Martin, 2016.

KIESOW, Rainer Maria. *L'unité du droit*. Paris, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2014.

KIRCHMANN, Julius Hermann. *La mancanza di valore della giurisprudenza come scienza*. Trad. Paolo Frezza. Milano: Giuffrè Editore, 1964.

KRYNEN, Jacques. *L'incoercible gouvernement des juges. Sur l'intérêt d'étudier la magistrature dans la longue durée historique*. Rev. Histoire des justices en Europe. Toulouse: CTHDIP, 2014-2015.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5.ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAFER, Celso. *Filosofia e Teoria Geral do Direito: um Percurso no Direito do Século XXI (Volume 3)*. 1.ed. São Paulo: Editotora GEN-Atlas, 2015.

_____. *A Era dos Direitos* (apresentação). 26. Tir. São Paulo: Elsevier, 2004.

_____. *A reconstrução histórica dos direitos humanos – Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LALANDE, André. *Vocabulário – técnico e crítico – da Filosofia*. Vol. I. Trad. Fátima Sá Correia, Maria Emilia Aguiar, José Eduardo Torres e Maria Gorete de Sousa. Porto: Rés Editora, s/d.

LAMBERT, Édouard. *Le Gouvernement des juges*. Paris: Dalloz, 2005 (edição fac-similar da edição de 1921).

LARENZ, Karl. *Storia del método nella scienza giuridica*. Milano: Giuffrè Editora, 1966.

LEAL, Roger Stiefelmann. *O efeito vinculante na jurisdição constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEGENDRE, Pierre. *Argumenta Dogmatica – Le Fiduciaire suivi de Le Silence des mots*. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 2012.

_____. *L'Empire de la Vérité – introduction aux espace dogmatiques industrielles - Leçons II*. Paris: Fayard, 1983.

LEMOINE, Yves. *La Loi, Le Citoyen, Le Juge*. Paris: Flammarion, 1990.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Reclamação Constitucional*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *Pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1994.

_____. *Globalização, Regionalização e Soberania*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2004.

_____. *O protagonismo do Poder Judiciário na era dos direitos*. Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, n. 251, maio/ago, 2009, pp. 77/86.

LIBCHABER, Rémy. *L'ordre juridique et le discours du droit – Essai sur les limites de la connaissance du droit*. Paris: LGDJ Léxtenso éditions, 2013.

17. LIMA, Alcides de Mendonça. “Jurisdição Voluntária” na Revista de Processo nº

LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto; Albuquerque, Paulo Antonio de Menezes. *Democracia, Direito e Política*: estudos internacionais em homenagem a *Friedrich Müller*. Florianópolis: Fundação Boiteux e Conceito Editorial, 2006.

LOCHAK, Danièle. *Le droit et les paradoxes de l’universalité*. Paris: PUF, 2010.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoria de la Constitución*. Trad. Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona, Caracas, México: Ed. Ariel, 1979.

_____. *Political Power & Governmental Process*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1965.

_____. *Le forme della cooptazione – I processi autonomi di produzione dei gruppi privilegiati*. Milano: Giuffrè Editore, 1990.

LONG et al. *Les grands arrêts de la jurisprudence administrative*. 11.ed. Paris: Dalloz, 1996.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História – Lições Introdutórias*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2000.

_____. *O oráculo de Delfos – O Conselho de Estado no Brasil-Império*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

_____. *História da Justiça e do Processo no Brasil do Século XIX*. Curitiba: Juruá Editora, 2017.

LOSANO, Mario. *Os grandes sistemas jurídicos*. Trad. Marcela Varejão. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LUHMANN, Niklas. *O direito da sociedade*. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. *Poder*. Trad. Martine Creusot de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília –UnB, 1985.

_____. *Sociologia do Direito 1*. Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad. José Navarro. Apres. José Bragança de Miranda. Lisboa: Gradiva, 1989.

MALBERG, R. Carré de. *Teoría general del Estado*. Trad. José Lion Depetre. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

MADEIRA, Daniela Pereira. *A força da jurisprudência*. In FUX, Luiz (coord.). *O novo processo civil brasileiro: direito em expectativa*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2011.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo, *Interesses Difusos - Conceito e legitimação para agir*. 4.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

_____, *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*. 11.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

_____, *Divergência Jurisprudencial e Súmula Vinculante*. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Sistema Brasileiro de Precedentes – Natureza, Eficácia, Operacionalidade*. São Paulo: RT-Thomson Reuters, 2016.

_____. *Acesso à Justiça – Condicionantes Legítimas e Ilegítimas*. 2.ed. São Paulo: RT-Thomson Reuters, 2015.

MAPELLI JÚNIOR, Reynaldo. *Judicialização da Saúde – regime jurídico do SUS e Intervenção na Administração Pública*. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

MARCATO, Antônio Carlos. *Código de processo civil interpretado*. 3.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

_____. *Crise da justiça e influência dos precedentes judiciais no direito processual civil brasileiro*. 2008. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2008.

MARCUSE, Herbert. *Éros et Civilisation*. Trad. Jean-Guy Nény e Boris Fraenkel. Paris: Les Éditions de Minuit, 1963.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Julgamento nas cortes supremas: precedente e decisão do recurso diante do novo CPC*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Thomson Reuters, 2015.

MARTENS, Paul. *Les juges: décideurs politiques? Essais sur le pouvoir politique des juges dans l'exercice de leur fonction. Preface*. Bruxelles: Éditions Bruylant, 2016.

MAUGÜÉ, Christine; STAHL, Jacques-Henri. *La question prioritaire de constitutionnalité*. 2.ed. Paris: Dalloz, 2013.

MAUS, Ingeborg. *O Direito e a Política – Teoria da Democracia*. Trad. Elisete Antoniuk. Apres. Manfredo Araújo de Oliveira. Belo Horizonte: DelRey Editora, 2009.

_____. *Procedimentos Especiais*. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAYNES, Eduardo Garcia. *Logica del juicio jurídico*. México, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1955.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de ver BANDEIRA DE MELLO.

MELLO, Oswando Aranha Bandeira de ver BANDEIRA DE MELLO.

MENDES, Conrado Hübner. *Direitos Fundamentais, Separação de Poderes e Deliberação*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

MENEZES DE ALMEIDA, Fernando. *Direito Constitucional nas origens do Estado brasileiro: alguns pontos da obra do Conselheiro Brotero*. Revista Brasileira de Direito Constitucional (Impresso), v. 1, p. 365-374, 2012.

_____. *Formação da Teoria do Direito Administrativo no Brasil*. Tese de Concurso (USP). São Paulo, 2013. Publicada pela Editora Quartier Latin, 2015.

_____. Súmula do Supremo Tribunal Federal: natureza e interpretação. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, v. 57, p. 223-234, 2006.

_____. *Memória Jurisprudencial: Ministro Victor Nunes*. 1. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2006. v. 1. 539p .

_____. Súmula vinculante: estudo com base no pensamento de Victor Nunes Leal. In: Instituto Victor Nunes Leal. (Org.). *A contemporaneidade do pensamento de Victor Nunes Leal*. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2013, v. , p. 150-166.

_____. O veto como condicionante da interpretação das leis. In: Floriano de Azevedo MARQUES NETO; Fernando MENEZES DE ALMEIDA; Irene P. NOHARA; Thiago MARRARA. (Org.). *Direito e administração pública - estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro*. 1ed.São Paulo: Atlas, 2013, v. 1, p. 3-18.

_____. Súmula Vinculante. In: Elival da Silva Ramos; Carlos Blanco de Moraes. (Org.). *Perspectivas de Reforma da Justiça Constitucional em Portugal e no Brasil*. 1ed. Coimbra: Almedina, 2012, v. , p. 209-221.

MENEZES DE ALMEIDA, Fernando ; ZAGO, Mariana. A. S. . Controle de políticas públicas pelo poder judiciário: breves ideias a partir do modo de estruturação da jurisdição. In: SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André. (Org.). *Direito da regulação e políticas públicas*. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2014, v. , p. 91-103.

MENEZES MARCATO, Ana Cândida. *O princípio do duplo grau de jurisdição e a reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MERKEL, Adolfo. *Teoría General del Derecho Administrativo*. Granada: Editorial Comares, S.L. 2004.

MINGATI, Vinicius Secafen. *Reclamação (Neo)Constitucional: precedentes, segurança jurídica e os juizados especiais*. Brasília: Editora Gazeta Jurídica, 2013.

MONREAL, Eduardo Novoa. *O direito como obstáculo à transformação social*. Trad. Gerson Pereira dos Santos. Porto Alegre: SAFE, 1988.

MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas desde a antiguidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

NEUMANN, Franz. *O Império do Direito*. Trad. Rúrion Soares Melo. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2013.

NOVAIS, Jorge Reis. *Em Defesa do Tribunal Constitucional – Resposta aos Críticos*. Coimbra: Almedina, 2016.

NUNES, José de Castro. *Teoria e Prática do Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: edição Revista Forense, 1943.

MACCORMICK, Neil. *Argumentação Jurídica e Teoria do Direito*. Trad. Waldéa Barcellos. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. *Formação do Conceito de Soberania*. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 7.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

MATHIEU, Bertrand. *Les rôles du juge et du législateur dans la détermination de l'intérêt general*. In *La création du droit par le juge*, tome 50, Archives de philosophie du droit. Paris: Dalloz, 2007, pp. 41/48.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 4.ed. São Paulo: Livraria Editora Freitas Bastos, 1947.

MERRYMAN, John Henry. *La tradición jurídica Romano-canónica*. 2.ed. 13.reimp. Trad. Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

MEZAN, Renato. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MITIDIERO, Daniel. *Cortes Superiores e Cortes Supremas – Do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente*. 3.ed. São Paulo: Thomson Reuters e Revista dos Tribunais, 2017.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MÜLLER, Friedrich. *Métodos de Trabalho do Direito Constitucional*. 2.ed. Trad. Peter Naumann. São Paulo: Editora. Max Limonad, 2000.

_____. *Métodos de Trabalho do Direito Constitucional*. Trad. Peter Naumann. Rio de Janeiro: Síntese Editora, 1.ed., 1999.

_____. *O novo paradigma do direito: introdução à teoria e metódica estruturante do direito*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Teoria Estruturante do Direito*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *Quem é o Povo? A questão fundamental da democracia*. Trad. Peter Naumann. São Paulo: Max Limonad, 1998.

_____. *Discours de la méthode juridique*. Trad. Olivier Jouanjan. Paris: PUF (Collection Léviathan), 1996.

MÜLLER, Friedrich; MANCEBO, Luís-Quintín Villacorta. *Postpositivismo*. Santander: Ediciones TGD, 2008.

NEVES, A. Castanheira. *O Instituto dos “Assentos” e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais*. Coimbra: Coimbra Editora, 2014 (reimpressão).

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Ações Constitucionais*. 2.ed. São Paulo: Editora Método, 2013.

NEVES, Marcelo. *Transconstitucionalismo*. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

OLIVEIRA, Eduardo Ribeiro de. *Sobre o Conceito de Jurisdição*. *RePro* 16, out. 79.

OWENS, Ryan J. *The Separation of Powers and Supreme Court Agenda Setting*. *American Journal of Political Science*, Vol. 54, n. 2 (april 2010), Midwest Political Science Association, pp. 412-427.

PIÇARRA, Nuno. *A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional – um contributo para o estudo das suas origens e evolução*. Coimbra: Coimbra Editora, 1989.

PIMENTEL, Carlos-Miguel. *De l'État de droit à l'État de jurisprudence ? Le juge de l'habilitation et la séparation des pouvoirs*. In *La séparation des pouvoirs – Théorie contestée et pratique renouvelée*. Dir. Alain Pariente. Paris: Dalloz, 2007.

PIOVESAN, Flávia (coord). *Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

POPPER, Karl. *O racionalismo crítico na política*. 2.ed.Trad. Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília: Editora UnB, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. *Dialética do Conhecimento*. Tomo II – História da Dialética – Lógica Dialética. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *Os níveis de governo e de algumas funções públicas: atribuições jurídico-constitucionais*. São Paulo: Emplasa, 1993. 80p.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus; LOMAR, Paulo José Villela. *O Estado Federado Brasileiro, as relações entre os poderes, o direito de participação popular e as regiões metropolitanas*. Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 91, n.JAN-DEZ, p. 181-199, 1996.

QUEIROZ, Cristina. *Direito Constitucional: as instituições do Estado Democrático e Constitucional*. São Paulo: Editora Revista do Tribunais e Coimbra Editora, 2009.

_____. *Os actos políticos no estado de direito: o problema do controle jurídico do poder*. Coimbra: Livraria Almedina, 1990.

QUERMONNE, Jean-Louis. *Les régimes politiques occidentaux*. 5.ed. Paris: Éditions du Seuil, 2006.

RAMALHO, Maria Isabel. *Legitimidade para agir*. 2007. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP, São Paulo, 2007.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos*. 1.ed. 3.tir. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. *A proteção aos direito adquiridos no direito constitucional brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

_____. *Controle de Constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

RAZ, Joseph. *Il concetto di sistema giuridico – Un introduzione alla teoria del sistema giuridico*. Trad. Paolo Comanducci. Bologna: Società editrice il Mulino, 1977.

REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 5.ed. rev. 5.tir. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_____. *Filosofia do direito*. 19.ed. 2.tir. São Paulo: Ed. Saraiva, 2000.

_____. *Fontes e Modelos do Direito: para um novo paradigma hermenêutico*. 1.ed. 2.tir. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

_____. *Teoria e Prática do Direito*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1984.

_____. *Experiência e Cultura: para a fundação de uma teoria geral da experiência*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.

_____. *O direito como experiência* (Introdução à epistemologia jurídica). 2.ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1992.

_____. *Teoria Tridimensional do Direito*. 4.ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1986.

_____. *Pluralismo e Liberdade*. 2.ed., Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1998.

RIVERO, Jean et WALINE, Marcel. *Droit Administratif*. Dalloz, Paris, 1994.

ROCHA, José de Moura. *Processo de Conhecimento*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1989.

ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da. *Manual de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

_____. *A Corte de Warren (1953/1969) Revolução Constitucional*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1991.

ROLAND, Henri e BOYER, Laurent. *Adages du Droit Français Contemporain*. 4.ed. Paris: LITEC, 1999.

ROMANO, Santi. *O Ordenamento Jurídico*. Trad. Arno Dal Ri Junior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

ROUBIER, Paul. *Droits subjectifs et situation juridiques*. Paris: Dalloz, 1963.

_____. *Théorie générale du droit*. Paris: Dalloz, 2005 (reimpressão da edição Sirey de 1951).

ROUSSEAU, Dominique. *La Question Prioritaire de Constitutionnalité*. Paris: Gazette du Palais e Lextenso éditions, 2010.

SAFATLE, Vladimir. *Três estudos sobre Hegel de Theodor W. Adorno*. (prefácio). São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SALDANHA, Nelson. *O Estado moderno e o Constitucionalismo*. São Paulo: Bushatsky, 1976.

_____. *Ordem e Hermenêutica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. *Sociologia do Direito*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1980.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos – A Administração no Brasil Colonial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Marco Aurélio. *A medida provisória no presidencialismo brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SANDEL, Michael J. *O Liberalismo e os limites da justiça*. Trad. Carlos E. Pacheco do Amaral. 2.ed. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Discurso e o Poder – Ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: SAFE, 1988.

SARTORI, Giovanni. *La Política – Lógica y Método en las ciencias sociales*. Trad. Marcos Lara. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

SAVIGNY, Friedrich Karl Von. *Metodologia Jurídica*. Trad. J. J. Santa-Pinter. Buenos Aires: Depalma, 1979.

SEABRA FAGUNDES, Miguel. *O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

SCHMITT, Carl. *El concepto de lo político*. Trad. Rafael Agapito. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

_____. *O conceito do político: teoria do partisan*. Trad. Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

_____. *Teoría de la Constitución*. Trad. Francisco Ayala. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. *Autoritarismo e golpes na América Latina – Breve ensaio sobre a jurisdição de exceção*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2016.

SÉRVULO DA CUNHA, Sergio. *Fundamentos de Direito Constitucional: Constituição, tipologia constitucional, fisiologia constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

_____. *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*. 2.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 24.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

SHAPIRO, Martin; SWEET, Alec Stone. *On Law, Politics and Judicialization*. New York: Oxford University Press, 2011.

SIEYÈS, Emmanuel-Joseph. *Qu'est-ce que le tiers-état?* Paris: Flammarion, 1988.

SILVA, José Afonso. *Processo de Constitucionalidade da Formação das Leis*. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. *Teoria do Conhecimento Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. *O constitucionalismo brasileiro – evolução institucional*. 1.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SOUTO, João Carlos. *Suprema Corte dos Estados Unidos – Principais decisões*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. Ver CÂNDIDO, Antônio.

STRECK, Lenio Luiz; ABOUD, Georges. *O que é isto – o precedente judicial e as súmulas vinculantes?* 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

STRECK, Lenio Luiz. *Súmulas no Direito Brasileiro: Eficácia, Poder e Função: a ilegitimidade constitucional do efeito vinculante*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998

_____. *Verdade e Consenso: Constituição, hermenêutica e teorias discursivas*. 4.ed. 2.tir. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

_____. *O que é isto – decido conforme minha consciência?* 6.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2017.

STRECK, Lenio Luiz; LEITE, George Salomão; NERY JR., Nelson. *Crise dos Poderes da República – Judiciário, Legislativo e Executivo*. São Paulo: Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2017.

SUPIOT, Alain. *Homo juridicus – Essai sur la fonction anthropologique du Droit*. Paris: Éditions du Seuil, 2005.

TAKOI, Sérgio Massaru. *Reclamação Constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

TARUFFO, Michele. *Le funzioni delle corti supreme tra uniformità e giustizia*. Palestra Proferida na AASP em 26.08.2014. Transcrita pelos organizadores do evento.

_____. Uma simples verdade – o Juiz e a construção dos fatos. Trad. Vitor de Paula Ramos. Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo: Marcial Pons, 2016.

TAVARES, André Ramos. *Teoria da Justiça Constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

_____. *Nova Lei da Súmula Vinculante* – estudos e comentários à Lei 11.417, de 19.12.2006. 3.ed. São Paulo: Editora Método, 2009.

_____. *Paradigmas do Judicialismo Constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

_____. *Justiça Constitucional – originalidades históricas e tipicidade latino-americana*. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC – n 29, maio/agosto 2014. São Paulo: IBEC e Editora Fórum, 2014.

TIROLE, Jean. *Économie du Bien Commun*. 1.ed. 9.tir. Paris: Presses Universitaires de France - PUF, 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Igualdade social e liberdade política: uma introdução à obra de Alexis de Tocqueville*. Trad. Cícero Araújo. São Paulo: Editora Nerman, 1988.

_____. *L'ancien régime et la Révolution*. Collection Folio Histoire. Paris: Gallimard, 1967

TOMELIN, Georgio Alessandro. *A fidelidade partidária entre o 'candidatismo' e a ingerência positiva*. in *Juiz Constitucional – Estado e poder no século XXI – Homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski*. Coord. Lembo, Claudio; Caggiano, Monica Herman; Almeida Neto, Manoel Carlos. São Paulo: Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *A quadratura dos direitos fundamentais nos diferentes círculos judiciais de eficácia: Brasil-Alemanha*. Org. Maria Garcia e Flavia Piovesan. Doutrinas Essenciais – 100 anos. Direitos Humanos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: instrumento para uma Remodelada 'interpretação autêntica' dos Direitos Fundamentais*. “Estudos de Direito Constitucional em homenagem a José Afonso da Silva”. Coord. Roberto Grau e Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

TORRES, Heleno Taveira. *Súmula Vinculante, Jurisprudência Dominante, Matéria Constitucional e os Limites à Atuação dos Tribunais Administrativos*. Revista de Direito Tributário (São Paulo), v. 119, p. 208-214, 2013.

_____. *Hermenêutica jurídica e legitimação no positivismo metódico-axiológico*. Revista Brasileira de Filosofia, v. 237, p. 317-355, 2011.

_____. (Org.). *Direito e poder nas instituições e nos valores do público e do privado contemporâneos: estudos em homenagem a Nelson Saldanha*. Barueri: Manole, 2005. 726p .

_____. Modulação de efeitos e ativismo judicial em matéria tributária. In: NETO, Halley Henares; LINS, Robson Maia; FROTA, Rodrigo Antonio da Rocha. (Org.). Contencioso tributário administrativo e judicial: Estudos em homenagem a José Augusto Delgado. 1ed.São Paulo: Noeses, 2013, v. , p. 95-109.

_____. O princípio de segurança jurídica na construção do estado democrático de direito. In: LUCCA, Newton de; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; NEVES, Mariana Barboza Baeta. (Org.). Direito constitucional contemporâneo: homenagem ao Professor Michel Temer. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2012, v. , p. 413-428.

_____. Tipicidade e hermenêutica dos conceitos e formas na construção das normas jurídicas: o fim da analogia no direito. In: Martonio Mont'Alverne Barreto Lima; Paulo Antonio de Menezes Albuquerque. (Org.). Democracia, direito e política: estudos internacionais em homenagem a Friedrich Müller. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006, v. , p. 361-374.

_____. Contradição de normas: fontes do direito positivo e validade das normas ? premissas a considerar no estudo das antinomias. In: Vicente de Paulo Barretto. (Org.). Dicionário de filosofia do direito. São Leopoldo - RS: Unisinos, 2006, v. , p. 148-154.

_____. *Segurança Jurídica do Sistema Constitucional Tributário*. Tese, São Paulo, 2009.

_____. *Segurança Jurídica do Sistema Constitucional Tributário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2011.

TROPER, Michel. *Pour une théorie juridique de l'état*. Paris: PUF, 1994.

_____. *Le droit de la nécessité*. Paris: PUF, 2011.

TROPER, Michel; CHAMPEIL-DESPLATS, Véronique ; GRZEGORCZYK, Christophe (sous la direction). *Théorie des contraintes juridiques*. Nanterre: Bruylant LGDJ, 2005.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Jurisdição e Poder*. São Paulo: Editora Saraiva, 1987.

_____. *Precedente judicial como fonte do direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

VAIHINGER, Hans. *A filosofia do como se*. Trad. Johannes Kretschmer. Chapecó: Argos Editora da Unochapecó, 2011.

VALOIS, Martine. *L'indépendance judiciaire – La justice entre droit et gouvernement*. Montréal, Genève, Zurich, Bâle: Les Édition Thémis – Schulthess, 2011.

VIANELLO, Lorenzo Córdoba. *Derecho y Poder*. Kelsen y Schmitt frente a frente. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

VILLACORTA MANCEBO, Luis. *El pleno sometimiento a la Constitución y al resto de ordenamiento jurídico en la aplicación judicial del derecho*. Madrid: Editorial Dykinson, 2004.

VIGORITI, Vincenzo. *Le responsabilità del giudice: norme, interpretazioni, riforme nell'esperienza italiana e comparativa*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 1984.

WATZLAWICK, Paul. *Les cheveux du Baron de Munchhausen – Psychothérapie et "réalité"*. Trad. Anne-Lise Hacker e Martin Baltzer. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

WHITEHEAD, Laurence. *Democratización: teoría y experiencia*. Trad. Liliana Andrade Llanas y José Manuel Salazar Palacios. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

WILLIAMS, Sir David Glyndwr Tudor. *Courts and Globalization*. Indiana Journal of Global Legal Studies, vol. 11, issue 1, winter 2004, pp. 57-69 (article), Indiana University Press, 2004.

ZAGREBELSKY, Gustavo. *El derecho dúctil, Ley, derechos, justicia*. Trad. Marina Gascón. 10.ed. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

ZANDER, Michael. *The law-making Process*. 7.ed. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, 2015.

ZANETTI JR., Hermes. *O valor vinculante dos precedentes – Teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes*. Salvador: Editora JusPodivm, 2017.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional*. 4.ed. São Paulo: Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2017.

ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria do Método Jurídico*. Trad. António Franco, António Francisco de Souza. 11.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 2014. Vol. I.

_____. *La domination*. Trad. Isabelle Kalinowski. Paris: La Découverte, 2013.